

BIOPODER, GÊNERO E SEXUALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOB A PERSPECTIVA DE MICHEL FOUCAULT

Letícia Vasconcelos Barcellos¹

Resumo

O presente artigo intenta abordar, a partir do método de revisão literária, considerações acerca das relações de poder engendradas nos grupamentos sociais; a dominação sobre a vida dos sujeitos, – o biopoder - a demonstrar que os padrões de comportamento não emergiram exclusivamente de um Estado opressor, mas a partir dos dispositivos de poder criados pela própria sociedade, bem como, destacar, das relações de poder, a heteronormatividade como resultado de um sistema de dominação excludente que define parâmetros de normalidade no que tange ao gênero e à sexualidade, além de patologizar identidades sexual e de gênero diversas. Busca-se, com fulcro nos preceitos da dominação e do biopoder, compreender a situação de vulnerabilidade social enfrentada pelas minorias sexuais.

Palavras-chave: Biopoder; Gênero; Heteronormatividade; Poder; Sexualidade.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões de Michel Foucault sobre o poder receberam destaque a partir do momento em que o teórico social passa a atuar no chamado Collège de France, na década de 1970. Foucault conduz pesquisas acerca das estruturas políticas e sociais empreendidas no Ocidente, de modo a relacionar relações de poder ao domínio do saber e ao controle das atividades humanas, da vida dos sujeitos, daí a origem da palavra biopoder: o poder sobre a vida.

O filósofo demonstra que não há grupamento social livre de uma relação de poder, uma vez que é inerente às pessoas o convívio a partir de uma estrutura capaz de controlar suas ações e seu comportamento, e, corrigir atos considerados desviantes, seja de forma ostensiva, como ocorria na Antiguidade, por meio de punições radicais, ou, como decorrência da modernidade, de modo perspicaz e constante. Ressalta-se, que, o poder não ocorre somente como punição, mas como controle permanente de todos os atos individuais.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Direito da Universidade de Passo Fundo - UPF. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela UPF. Graduada em Direito pela UNIJUÍ. E-mail: le_barcellos@hotmail.com

Para a compreensão dos conceitos que envolvem o biopoder, impende analisar no primeiro tópico a perspectiva de Michel Foucault sobre a temática, trazendo como referência o poder como controle sutil do grupamento humano. Ademais, será abordado no tópico seguinte sobre a heteronormatividade, um sistema que impõe o comportamento heterossexual como o padrão aceitável e patologiza as demais identidades de gênero, como resultado do biopoder.

2 O BIOPODER SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT

O filósofo francês Michel Foucault é considerado um ícone sobre a dinâmica das relações de poder em sociedade. Suas teorias não se reduzem à ideia de um comportamento dominante ou de determinado grupo em predomínio sobre outro, sustentam múltiplas microrrelações de poder possíveis de ser exercidas no meio social, a tornar o sujeito produto resultante deste controle. Incumbe ao autor perscrutar o poder enquanto mecanismo de produção de saberes e sua influência sobre os sujeitos.

Para Foucault, toda sociedade é pautada em uma relação de poder: as instituições exercem poder sobre os indivíduos, desde as ideologias políticas ao padrão de comportamento aceitável, os sujeitos historicamente buscam se enquadrar aos ditames sociais para garantir sua inclusão e o sentimento de pertença social. Aqueles que no âmbito de suas especificidades não satisfazem o poder dominante – econômico, político ou comportamental – sofrem os prejuízos do rechaço social tornando-se minorias ou grupos em situação de vulnerabilidade.

O teórico social, a partir das obras *Vigiar e Punir* e *a História da Sexualidade – a Vontade de Saber*, intenta, segundo Flávia D’Urso, realizar uma analítica do poder capaz de dar conta de seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas. (2016, p. 39).

Sobre a existência de várias microrrelações de poder no interior das sociedades, e não de somente um poder vertical a agir de cima para baixo, na obra *Vigiar e Punir*, a analisar as relações de poder engendradas nas prisões, Foucault demonstra uma nova forma de institucionalização do poder: sempre presente, ainda que invisível. As transformações políticas e sociais na França entre os séculos XVII e XIX, o fim do absolutismo, não enfraqueceram o controle do governo sobre a vida dos sujeitos, apenas alteraram sua forma de atuação e de percepção, tornando-a sutil. Ao contrário de um sistema punitivo que visa causar

sofrimento físico, descortina-se um meio de poder capaz de adestrar o ser humano, torna-lo dócil.

Neste sentido, em sua obra, Foucault faz referência a um modelo de prisão específico idealizado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, denominado *panóptico*. Este modelo prisional era estruturado em formato circular com várias celas dispostas, sendo que no centro havia um pátio com uma torre de vigilância. Todos os atos dos indivíduos que estivessem nas celas estavam expostos ao olhar do vigilante na torre central, que observava os presos por persianas semicerradas, a impossibilitar ser visto. Ainda que estivesse ausente da torre, criava a sensação de observação constante, e, conseqüentemente, de poder sobre o comportamento dos presos. Daí a finalidade do sistema prisional panóptico: causar a sensação de poder sutil e constante, a garantir a ordem. Uma vez que todos se sentirão visíveis por um poder invisível, não terão oportunidade de contrapor a ordem vigente. Esta lógica de vigilância constante condiciona e adestra.

A partir desta compreensão, é possível relacionar a lógica do poder sutil e constante com os padrões sociais atuais. Por vezes, os indivíduos condicionam seu comportamento e sua identidade a um modelo socialmente aceito para garantir sua inclusão e evitar o julgamento dos demais. Historicamente vive-se esta repressão, esta tentativa de adequação a um modelo que ignora a multiplicidade das identidades e a complexidade da natureza humana.

Para além de demonstrar sistemas prisionais e formas de punição, a obra *Vigiar e Punir* revela um cenário de trânsito à modernidade, um sistema disciplinar estratégico e organizado capaz de alcançar todos os segmentos sociais, de forma a manter o poder imanente ao indivíduo.

Já na obra *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault demonstra as relações de poder a partir do sexo, a aduzir que a própria sociedade ao impor padrões de comportamento e associar gênero, sexo e sexualidade, engendrou uma categoria discursiva sobre o sexo tornando-o algo a ser confessado ou relatado. Com isso, cria-se em seu entorno um segredo, um enigma a ser decifrado, o que resultou nos tabus presentes na sociedade atual que permanecem a cominar o que se considera correto e a relegar comportamentos ou identidades desviantes do padrão preestabelecido. Aqui também se denota uma relação de poder e dominação invisível e constante. Os indivíduos criaram receio em abordar a temática da sexualidade; por um bom período de tempo, acreditava-se que tudo que estivesse relacionado à sexualidade poderia de alguma forma condená-los: o erotismo, a nudez, o conhecimento e poder sobre o próprio corpo, a masturbação, foram questões tratadas,

conforme denomina Foucault, como *o segredo*, perversões a serem expostas nos confessionários e nas salas de terapia.

Para Foucault (1985, p. 98), a sexualidade,

[...] aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

O filósofo é contundente em asseverar que qualquer grupamento humano é conduzido por relações de poder, a considerar que esta forma de relação é concomitante ao convívio social. O poder, não pode ser visto como algo surgido de um determinado ponto, por exemplo, atrelado necessariamente ao Estado, mas necessita seja pensado como uma ramificação que se espalha por todo o meio social a integrar diferentes modos de poder, seja este emanado do Estado, da prisão, dos padrões sociais, do trabalho, da família, da igreja ou da escola, por exemplo. Assim, dentro dessa percepção, o poder só pode ser concebido como algo que existe em relação, envolvendo forças que se chocam e se contrapõem. (D'URSO', 2016, p. 50).

Em suma, Foucault (1985, p. 88-89) esclarece que o poder deve ser compreendido como:

[...] a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

De acordo com acepção de Juliana Aparecida de Oliveira Camilo e Rafael Nogueira Furtado, exercer o poder torna-se possível mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação. Em nome da verdade legitimam-se e viabilizam-se práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. (CAMILO; FURTADO, 2016, p. 2.).

Foucault procura se diferenciar dos conceitos de que o poder emana exclusivamente do aparato estatal de modo a reprimir os sujeitos, interpela que a dominação toma caminhos diversos e se relaciona sutilmente a todos os segmentos sociais. As supressões enfrentadas pelos sujeitos são produtos criados pela própria sociedade ao se deparar com a diversidade em

sentido amplo. O poder sobre a vida instala-se como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental. (CAMILO; FURTADO, 2016, p. 2.).

Nas palavras de Sylvio Gadelha (2013, p. 61), a forma de poder disciplinar das sociedades, tem como sustentação os corpos-organismos dos indivíduos, os quais devem ser adestrados de modo a que se tornem submissos à governamentalidade e úteis à produção capitalista.

Esse condicionamento necessita de mecanismos e procedimentos aptos a incidir sobre os corpos simultaneamente e controlar sua atividade. Ademais, esse processo de objetivação e individualização dos corpos se dá também pela vigilância hierárquica, pela sanção normalizadora e pela prática recorrente do exame. (GADELHA, 2013, p. 61).

Empreende-se que esta lógica de dominação, emergida a partir da própria sociedade, tem sua efetividade garantida, não pela repressão ostensiva, mas pela implementação de um dispositivo ótico de superexposição, isto é, os indivíduos estão constantemente sujeitos a um controle identitário e comportamental que sutilmente inibe o seu agir.

3 A HETERONORMATIVIDADE COMO FERRAMENTA DO BIOPODER

Foucault explicita que o sexo está associado aos acontecimentos sociais e que sua repressão tem início no século XVII, em concomitância com o desenvolvimento do capitalismo. A tradição ocidental foi responsável por tornar o sexo uma categoria discursiva, ou seja, ao contrário de ser silenciado, o padrão dominante forçou os indivíduos a tratar sobre o sexo, a expor sua sexualidade.

Assim, refere o autor que não houve uma condenação ao sexo para que permanecesse na penumbra, e sim uma incitação pela sociedade e pela moral religiosa a abordar o sexo como que a um enigma.

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. (FOUCAULT, 1985, p. 45).

Em verdade, a sociedade produziu uma correlação entre gênero, sexo e sexualidade. Gênero refere-se à personalidade que o indivíduo externaliza; sexo, é biológico e a

sexualidade remonta aos desejos e ao erotismo. O sexo, equivocadamente atrelado a estes conceitos, foi relegado à tentativa de tratamento por meio da confissão religiosa e das análises terapêuticas. Qualquer menção à sexualidade, ao erotismo ou a nudez era imediatamente suprimida.

Por este viés, Foucault elucida que surgiram designações como, a mulher como histérica sendo definida a partir de suas limitações ou fraquezas, a criança como um ser sem sexualidade, as transidentidades tratadas como enfermidades e o sexo masculino enaltecido em seu vigor e em suas capacidades. Esta tentativa de controle e de predeterminações, pode-se dizer que perdurou até o século XVIII, ao passo em que, posteriormente, ocorre uma nova aceção sobre o comportamento sexual.

Entretanto, percebe-se na atualidade resquícios da sociedade patriarcal no que concerne ao sexo e às identidades sexual e de gênero, a saber que, os conceitos sobre a temática permanecem envoltos por dualidades, ou seja, de que os gêneros considerados legítimos são feminino e masculino, as relações devem ser essencialmente heterossexuais e que as demais identidades se enquadram como errantes. De fato, a partir da libertação sexual ocorrida na década de 1970, muitos paradigmas discriminatórios foram quebrados e as transidentidades alcançaram algum reconhecimento.

Denota-se que a colocação do sexo em discurso é uma estratégia do biopoder com o surgimento da “população” — e todas as suas variantes: natalidade, fecundidade, expectativa de vida etc. — pela qual se pode calculá-la nesses mesmos termos. (ENSAIOS DE GÊNERO, 2012, s.p.).

As categorias surgidas a partir da temática do sexo e da orientação sexual são, na verdade, uma construção histórica da sociedade. As identidades sexual e de gênero são produzidas a partir de ideias preconcebidas no meio social, a considerar o padrão hétero normal e as demais identidades como errantes.

Mais do que introduzir imperativos morais ligados a sexualidade, o legado que nos foi deixado pelo cristianismo teria sido a criação de novos mecanismos e técnicas de poder para impor ou inculcar nos indivíduos uma moral sexual. (GADELHA, 2013, p. 66).

Ocorre que o sexo biológico por vezes não condiz com o sexo psicológico, com a personalidade e identidade que o indivíduo expressa perante os demais. Outrossim, não há obrigatoriedade biológica entre os gêneros – quem nasceu com o sexo biológico masculino, não necessariamente irá manifestar atitudes masculinas.

No âmbito de nossa sociedade, o biopoder possibilita calcular a vida no que tange a população, à saúde, à expectativa de vida, tudo com vistas à regulação social.

A questão central desse debate, quando compreendemos a relação entre o biopoder, o sexo e a sexualidade é entendermos como essas classificações não são naturais, mas criadas no âmbito do biopoder. O surgimento das primeiras identidades sexuais no século XIX e sua clivagem tem de ser compreendidas como classificações que surgem em detrimento de técnicas que procuram “normalizar”, controlar e modelar a forma como cada um lida com o seu sexo [...]. (ENSAIOS, 2012, sp.)

Maria Berenice Dias (s.a. p. 2) aduz que agora, felizmente, se está começando a viver uma nova era, com o início da diversificação dos movimentos sociais. A diversidade homossexual deixou de ser identificada por uma expressão única.

O vocábulo “homossexual” e o simpático termo “gay” não mais são representativos de todas as espécies dos chamados, de forma preconceituosa, de “desvios sexuais”. As lésbicas estão buscando um espaço próprio, assim como os transgêneros, travestis e transexuais. (DIAS, s.a. p. 2).

Essa segmentação vem permitindo a aproximação do movimento de mulheres e do movimento LGBTT, cuja busca de visibilidade, de respeito em nada se distancia da trajetória das mulheres. (DIAS, s.a. p. 2). Percebe-se o construto de um ideário de reconhecimento e igualdade material engendrada às identidades sexuais.

A orientação sexual adotada na esfera de privacidade não admite restrições, o que configura afronta a liberdade fundamental, a que faz jus todo ser humano, no que diz com sua condição de vida. (DIAS, s.a. p. 2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O poder encontrado em cada microrrelação social, em sua tentativa sagaz de controlar as atitudes humanas de modo invisível, gerou padrões de comportamento, dispositivos de normalidade, a exemplo do dispositivo de sexualidade ilustrado por Foucault, responsável por encaixar o sexo em uma matriz biológica para viabilizar sua compreensão e sua constatação como meio de procriação somente, além do receio do indivíduo em se distanciar do padrão em razão do risco de ser prejulgado e ter suas peculiaridades rotuladas como anormalidades passíveis de tratamento, situações decorrentes ainda na atualidade.

O controle sobre a vida humana, criado pela sociedade empreendeu uma série de definições prontas sobre os sujeitos, bem como gerou argumentos de ordem discriminatória.

Com base no poder, gênero, sexo e sexualidades foram relacionados de forma controversa; o binário feminino x masculino foi definido como padrão de comportamento e como gêneros únicos. A sociedade patriarcal designou uma hierarquia entre os gêneros tornando o gênero masculino dominante sobre o feminino, e estabeleceu que o gênero designado quando do nascimento definiria o destino do indivíduo.

Foucault alude que a colocação do sexo em uma categoria discursiva revela-se como estratégia do biopoder ao se deparar com a população, seus desdobramentos e sua diversidade, isto é, suas tendências a assumir diferentes identidades, questões como procriação e a expectativa de vida. Em suma, todos estes fatores serviram de motivo ao biopoder para enquadrar o sexo em uma matriz heteronormativa única no intuito de manter os sujeitos sutilmente controlados, compelidos a assumir um comportamento desejável em razão do poder que não veem, mas que “sentem” estar presente.

Assim, ao tornar o sexo discursivo, passível de ser controlado a partir do exame e da conversa, dos relatos pessoais das experiências sexuais, o poder dominante tentou manter a sexualidade em um padrão hétero, relegando comportamentos homoeróticos e identidades trans, até o momento em que os indivíduos se libertam dos discursos e buscam afirmar sua personalidade.

REFERÊNCIAS

CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira; FURTADO, Rafael Nogueira. **O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault**. Revista Subjetividades, Fortaleza, 16(3): 34-44, dezembro, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4800/pdf>> Acesso em: 08 abr. 2018.

D'URSO, Flávia. **A crise da representação política do Estado**: perspectivas da soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. São Paulo: Minha Editora, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Gênero e homossexualidade**. Disponível em: <[www.mariaberenice.com.br/.../arq/\(cod2_634\)51__genero_e_homossexualidade.doc](http://www.mariaberenice.com.br/.../arq/(cod2_634)51__genero_e_homossexualidade.doc)> Acesso em: 09 abr. 2018.

_____. **Liberdade de orientação sexual na sociedade atual**. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_632\)53__liberdade_de_orientacao_sexual_na_sociedade_atual.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_632)53__liberdade_de_orientacao_sexual_na_sociedade_atual.pdf)> Acesso em: 09 abr. 2018.

ENSAIOS DE GÊNERO. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/07/sexo-e-biopoder-sobre-as-identidades-sexuais-como-invencoes/>> Acesso em: 09 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 98.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e conexões a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.